

ESTELA MÁRCIA PIRES DAS VIRGENS

IMPLICAÇÕES SÓCIO - ECONÔMICAS DECORRENTES^S DA
EVOLUÇÃO PERVERSA NA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NA
REGIÃO METROPOLITANA DO SALVADOR NA DÉCADA DE 80.

SALVADOR

1995

ESTELA MÁRCIA PIRES DAS VIRGENS

IMPLICAÇÕES SÓCIO - ECONÔMICAS DECORRENTES DA
EVOLUÇÃO PERVERSA NA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NA REGIÃO
METROPOLITANA DO SALVADOR NA DÉCADA DE 80.

MONOGRAFIA APRESENTADA À FACULDADE DE CIÊNCIAS
ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA PARA
OBTENÇÃO DO GRAU DE BACHAREL EM
CIÊNCIAS ECONÔMICAS.

ORIENTADOR: Prof. JOSÉ ROBERTO OTTONI MENDONÇA

SALVADOR

1995



APRESENTAÇÃO

A escolha do tema para pesquisa, ocorreu em função da necessidade de fazer uma denúncia a respeito de como o perfil distributivo concentrador de rendas, que é a “mola propulsora” do processo de acumulação do modo de produção capitalista, gera descontentamento por parte das classes que possuem baixos rendimentos, por sentirem-se excluídos dos benefícios que a dinâmica desse modelo proporciona.

O sentimento de injustiça social proveniente dessa disparidade de rendas, provoca um sentimento de insegurança, principalmente, por parte das classes médias, que não dispõem de todo um arsenal, que garantam sua segurança, o que não ocorre com as classes mais abastadas, apesar de que também, tornam-se alvo da violência que esse mecanismo impõe.

No que concerne a realização do trabalho, tive algumas dificuldades quanto a coleta de dados e de algumas informações, que só foram publicadas recentemente. Apesar do trabalho referir-se a década de 1980, muito dos dados ainda não se encontraram atualizados.

Gostaria de agradecer as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desse trabalho, principalmente aos meus pais, que estiveram sempre presentes, me apoiando nos momentos decisivos da minha vida.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	04
1 INTRODUÇÃO	05
2 POLÍTICA SALARIAL	08
2.1 SALÁRIO MÍNIMO	14
2.2 POLÍTICA SALARIAL NA DÉCADA DE 1980	18
3 DISTRIBUIÇÃO PESSOAL DA RENDA	28
3.1 TEORIAS SOBRE O PROCESSO DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA PESSOAL	28
3.2 A QUESTÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NO BRASIL NA DÉCADA DE 80	30
3.3 A QUESTÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NA REGIÃO METROPOLITANA DO SALVADOR NA DÉCADA DE 80	36
3.4 CONCEITO DE POBREZA E DETERMINAÇÃO DO NÍVEL DE RENDA QUE O CARACTERIZA	40
3.5 RENDA E EMPREGO	43
3.6 RENDA E HABITAÇÃO	47
3.7 RENDA E EDUCAÇÃO	49
4 CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Distribuição pessoal da renda (a)	05
TABELA 2 - Distribuição da renda em 1960	10
TABELA 3 - Distribuição da renda em 1970	11
TABELA 4 - Salário Mínimo Real	16
TABELA 5 - Distribuição dos trabalhadores com salário até um mínimo por região	16
TABELA 6 - Salário Mínimo Real - Médias Anuais	17
TABELA 7 - Política Salarial de 11/79 a 12/84	21
TABELA 8 - Crescimento Real Anual de 1980 - 91	31
TABELA 9 - Distribuição Pessoal da Renda (b)	33
TABELA 10 - Distribuição Pessoal da Renda (c)	34
TABELA 11 - Distribuição Percentual da População de 10 anos e mais por Rendimentos Medido Mensal	38
TABELA 12 - Distribuição Setorial do Emprego Formal	44
TABELA 13 - Participação percentual das pessoas ocupadas, segundo os setores e ramos de atividade, em relação ao total de ocupados, Bahia, 1981 - 89	45

1 INTRODUÇÃO

A forma pela qual se processou a dinâmica de acumulação da economia capitalista brasileira no decorrer das últimas décadas, gerou um perfil distributivo concentrador de rendas que vêm se agravando até os dias atuais.

Segundo o DIEESE (DIEESE, 1995, p 7), estando de posse da última informação oficial disponível, o Brasil é considerado um dos países que detém uma das maiores concentrações de renda do mundo, onde 53% dos ocupados ganham mensalmente até dois salários mínimos.

Isto se constata, na tabela que se segue, que o Brasil dentre os países apresenta uma das piores distribuições de renda, considerando-se que os 20% mais pobres de sua população detém 2,6% da renda, enquanto os 10% mais ricos detém cerca de 48,1% do total da renda.

Tabela 1
Distribuição Pessoal da Renda - Países Selecionados

Países	Ano	20% mais pobres	10% mais ricos
Alemanha, RF	84	6,8	23,4
Canadá	87	5,7	24,1
Dinamarca	81	5,4	22,3
Espanha	80-81	6,9	24,5
EUA	85	4,7	25,0
França	79	6,3	25,5
Itália	86	6,8	25,3
Japão	79	8,7	22,4
Brasil	90	2,6	48,1
Colômbia	88	4,0	37,1
Guatemala	89	2,1	46,6
Jamaica	90	6,0	32,6
Marrocos	90-91	6,6	30,5
Peru	85-86	4,9	35,4
Venezuela	89	4,8	33,2

Fonte: Anuário dos Trabalhadores, 1994

OBS.: Os dados são de períodos diferentes em função de sua disponibilidade, porém dão uma dimensão da problemática.

A péssima distribuição de renda vigente no país permite que a maior parte da população se encontre em condições precárias de vida. A participação na renda das classes de baixo poder aquisitivo se torna irrelevante quando comparamo-la com a renda das classes sociais mais abastadas.

O trabalho monográfico, se propõe a explicitar, tomando como parâmetro as diversas políticas salariais aplicadas na década de 1980, a evolução do grau de empobrecimento das classes de baixo poder aquisitivo, e que participam formalmente do mercado de trabalho. O processo inflacionário, que funciona como agente transferidor de rendas, e as políticas de arrocho salarial implementadas nesse período são os principais fatores responsáveis pelo achatamento salarial que será nocivo a essas classes.

A importância do trabalho reside no fato de que o estudo da concentração de renda, tomando como parâmetro a política salarial, nos permite dimensionar o grau de empobrecimento da população e compreendermos questões referentes a distribuição do bem estar entre os indivíduos.

O objetivo principal da pesquisa será demonstrar o quanto a renda se encontra concentrada nas últimas décadas, particularizando a década de 1980, e que essa disparidade nos rendimentos provenientes do trabalho, gera uma exclusão social, que por sua vez é responsável por implicações a nível sócio-econômico. Para exemplificar o processo, foi escolhida a Região Metropolitana do Salvador como objeto de análise.

Metodologicamente, partirei de conceitos globais para chegar ao particular, ou seja, será mostrada a evolução do caráter de pobreza por que vem passando uma considerável parte

da população a nível nacional e em seguida, essa análise será detida à Região Metropolitana do Salvador. Os dados através dos quais serão feitas as análises da distribuição de renda pessoal provém das PNADs, que são censos anuais, considerados como principal fonte para esse estudo, na medida em que, 85% a 90% da renda declarada provém do trabalho, incluindo-se os salários.

O trabalho está estruturado em três capítulos. No capítulo 1 será feita uma exposição das políticas salariais praticadas na década de 1980, face a uma conjuntura inflacionaria vivida pelo país nesse período.

O segundo capítulo se propõe a tratar da questão da distribuição da renda, visando mostrar as condições de deterioração social da classe trabalhadora. Neste, abordarei inicialmente, de forma sucinta, algumas teorias sobre a distribuição pessoal da renda, sobretudo aquelas ditas alternativas.

Na verdade, parece que devido às controvérsias do tema, não há uma teoria completa e eficiente a respeito desta problemática, sobretudo que tem-se que dar conta de fatores conjunturais e estruturais, agravados por diferentes modelos econômicos, mesmo capitalistas, inseridos numa economia mundial. Em seguida, será feita uma análise, a nível nacional com base nas políticas salariais e nos dados extraídos das PNADs, do processo evolutivo da concentração de renda. Principalmente, serão tratados aspectos referentes à Região Metropolitana do Salvador. Será feita uma abordagem sobre o aspecto distributivo, levando-se em conta alguns indicadores sociais (emprego, habitação e educação), que tentaremos mostrar que a desigualdade social existe e que, conseqüentemente, é responsável por desajustes a nível sócio-econômico, o que será objeto da conclusão, capítulo III.

2 POLÍTICA SALARIAL

A organização da sociedade brasileira, seja a nível produtivo ou social deu origem ao perfil distributivo concentrador de rendas. Inicialmente colônia, com uma economia agro-exportadora, sua função seria fornecer produtos primários a metrópole para que a mesma comercializasse no mercado internacional. O regime de trabalho era escravista e a propriedade da terra encontrava-se concentrada. Verifica-se dessa forma, a existência de uma sociedade estratificada e a apropriação desigual da renda.

A partir dos anos 50, verifica-se a real dominância do capital industrial sobre o processo de acumulação. A economia brasileira nesse sentido, faz parte de uma economia mundial constituída, que se caracteriza por um modelo econômico cujo centro dinâmico é o setor de bens de consumo duráveis. Nesse sentido, a análise das políticas salariais implementadas pelos governos desse período, nos permite ver como tais políticas são importantes quanto ao processo de concentração da renda e como esta é adequada ao próprio modelo de desenvolvimento.

Para que houvesse a expansão do setor de bens de consumo duráveis, tornou-se necessário a incorporação de novas classes sociais, que juntamente com a classe dos capitalistas, que eram os privilegiados no consumo desses bens, demandassem os produtos advindos desse setor, favorecendo a evolução do mesmo. A solução encontrada foi a redistribuição de renda, favorecendo as classes médias urbanas.

"Essa redistribuição teve início primeiro ao nível do gasto, mediante novos esquemas ampliados de financiamentos de bens duráveis e, posteriormente pelo lado da renda mantendo a queda dos salários mínimos

reais mas permanecendo constantes as médias, permitindo uma abertura do leque da escala de remuneração em favor dos novos grupos médios emergentes" (TAVARES, 1979, p.201).

Nesse contexto, as classes populares assalariadas tiveram os seus salários achatados, tendo em vista, que o processo distributivo só beneficiou as classes médias urbanas que iriam contribuir para que a dinâmica do processo de acumulação se efetivasse, com base na ampliação da demanda do setor de bens de consumo duráveis.

Objetivando um melhor entendimento a respeito do perfil distributivo da renda em 1960 e 1970, Maria Conceição Tavares, estratificou os grupos sociais da seguinte forma:

a) Grupo A: classe alta, burguesia (proprietários e gerentes). Principal responsável pelo processo de acumulação, na medida em que são os apropriadores do excedente.

b) Grupo B1: classes médias altas (empresários médios, alguns profissionais liberais e altos funcionários). Núcleo fundamental do mercado moderno.

c) Grupo B2: classes médias urbanas (burocracia pública e privada, pequenos comerciantes). Base fundamental do mercado moderno.

d) Grupo C: classes assalariadas de base. Fonte de extração do excedente.

e) Grupo D: trabalhadores rurais, trabalhadores independentes urbanos e marginais.

Com base na tabela 2, verifica-se as distorções na renda, provenientes do processo de concentração da mesma. Na medida em que 1% da população tem uma participação de 28% no total da renda anual, a realidade para os participantes do grupo D é perversa, pois 50% do total da população compõe esse grupo, que detém apenas 15% do total da renda anual.

Tabela 2

Distribuição da renda em 1960

Grupos	População total		Renda Participação no total (%)	Anual Nível absoluto por pessoa (dólares)
A	700.000	(1%)	28	8.400
B1	2.800.000	(4%)	16	1.200
B2	10.500.000	(15%)	21	420
C	21.000.000	(30%)	20	200
D	35.000.000	(50%)	15	90

Fonte: TAVARES, 1970, p.200

“A dinâmica fundamental da distribuição limita-se praticamente aos grupos B e C. A classe alta mantém ou aumenta sua participação, enquanto que o grupo D não participa de modo significativo nos lucros de produtividade do sistema” (TAVARES, 1979, p 200).

Mantendo a mesma estratificação social observada em 1960, e partindo de uma base empírica, que objetiva mostrar o aspecto distributivo da concentração de rendas, Maria da Conceição Tavares fez uma estimativa a respeito de como estaria distribuída a renda em 1970.

Os dados distribuídos na tabela 3, em comparação com os dados da tabela 2, evidencia um maior grau de disparidade de rendas, quando levamos em consideração a parte da renda que foi destinada aos grupos A e D. Observa-se que a classe alta teve sua renda acrescida em dois pontos percentuais e as classes pertencentes ao grupo D, que não tem importância significativa na dinâmica do sistema vêem sua renda reduzir em 2,5 pontos percentuais.

Tabela 3

Distribuição da renda em 1970

Grupos	População total		Renda Participação no total(%)	Anual Nível absoluto por pessoa(dólares)
A	900.000	(1%)	30	12.000
B1	3.600.000	(4%)	20	2.000
B2	13.500.000	(15%)	22,5	600
C	27.000.000	(30%)	15,0	200
D	45.000.000	(50%)	12,5	100

Fonte: TAVARES, 1979, p.202

A concentração da renda no Brasil teve um aumento considerável nos anos 60 e 70. Considerada das mais elevadas do mundo (CARDOSO, 1985, p.42).

"Em 1960 os 75% mais pobres apropriaram-se de somente 37,5% da renda, enquanto os 25% mais ricos abocanharam de cerca de 62,5%. Em 1970 os 75% mais pobres apropriaram-se de 33,5% da renda, enquanto os 25% mais ricos de 66,7% da renda" (COSTA, 1985, p.3).

A desproporção entre as rendas apropriada pelos mais ricos e pelos mais pobres, nos faz perceber a existência de um processo contínuo de concentração da renda. Segundo o DIEESE (DIEESE, 1995, p.11), o aumento das desigualdades verificadas entre os anos 60 e 70 podem ter sido provenientes da repressão dada aos sindicatos pelo regime militar, pela política de

de arrocho salarial e pela ausência de uma mão-de-obra qualificada que atendesse a demanda que se encontrava em rápido crescimento.

O período em que se processou a implantação do regime militar (1964), foi responsável pelo agravamento pelo processo de concentração de renda na medida em que, a política salarial iniciada nesse período, começou a ser utilizada como instrumento de ajuste da economia. O agravante se deu inicialmente, quando a redistribuição da renda se deu em favor da classe média, objetivando dinamizar a indústria de bens de consumo duráveis, porém contra a classe assalariada e, paralelamente como política de controle à inflação.

Nos primeiros anos década de 70, segundo Langone (LANGONE. 1978, p. 30) o salário mínimo passou por um processo de recuperação, verificando-se nos anos subsequentes, até 1982 uma manutenção do seu valor.

Na década de 1980, o Brasil atravessou uma elevada crise fiscal e financeira do estado, que faz nutrir o quadro inflacionário. No período estudado, supôs-se que a inflação brasileira fosse de demanda e para combatê-la, utilizou-se de uma política monetária restritiva e do arrocho salarial para promover o controle da demanda.

Após esta exposição, torna-se clara a relevância da política salarial no papel distributivo da renda, já que sua participação é preponderante para que a dinâmica do modelo capitalista possa se processar. Assim sendo, torna-se evidente a lógica da mesma ser utilizada como parâmetro para o estudo desse perfil distributivo; principalmente por volta de 1964, período em que os governos começaram a utilizar-se do salário como instrumento de ajuste da economia, ocasionando disparidade de renda via perda dos rendimentos dos assalariados.

“A questão salarial, segundo Munhoz, é uma questão importante porque implica em renda . Nenhum país consegue estabilidade econômica e conseqüente estabilidade política com uma massa salarial deprimida. Com uma base salarial ampla, uma pequena inflação resolve o problema distributivo de transferência de renda. O mesmo não ocorre com uma base salarial baixa. Tanto é que nas economias desenvolvidas , a crise deprime os salários, mas tão logo se inicia a retomada, os salários sobem mais que os preços, para garantir a sobrevivência do mercado. A grandeza da economia de uma nação se reflete nos salários e o tamanho da massa de salários é que dá estabilidade econômica do país, e conseqüente estabilidade política” (INFORME CONJUNTURAL. 1983, p.3).

2.1 O SALÁRIO MÍNIMO

O salário-mínimo foi instituído no Brasil em 1o. de maio de 1940, através do Decreto-Lei 2162, assinado pelo presidente Getúlio Vargas, definindo o mínimo necessário para o trabalhador viver e produzir.

Constitucionalmente, a instituição do salário-mínimo visa garantir uma melhora no poder aquisitivo dos trabalhadores não qualificados. Na verdade, como afirma Maria da Conceição Tavares, seu objetivo principal foi favorecer o incremento do processo de acumulação do capital:

"Sem o piso do salário-mínimo, se verificaria uma queda brutal do poder de compra das massas urbanas semi-proletarizadas e da pequena burocracia privada e estatal, que tenderia a reduzir fortemente o ritmo de crescimento da demanda corrente. Para os setores de bens de produção e para toda a indústria fortemente empregadora de mão-de-obra, o salário-mínimo funciona como um controle e uma barreira a possível pressão dos setores operários mais organizados sobre seus custos de produção." (TAVARES. 1974, p.72).

Assim, o DIEESE (DIEESE, 1991, p.25) destacou a existência de 3 fases de evolução do salário mínimo:

a) Do período de sua implantação até 1951, o salário mínimo garantiu o poder de compra de bens de consumo e serviços de uso da classe trabalhadora;

b) De 1952 a 1964, teve seu auge; observa-se um crescimento inicial e conseqüente manutenção do seu valor real;

c) De 1965 a 1991, observa-se a formação de um processo de concentração de renda iniciado durante o regime militar, o qual, por sua vez foi responsável pelas pressões ao movimento sindical e pela política de arrocho salarial.

Embora o DIEESE tenha estabelecido uma configuração para caracterizar os períodos concernentes à evolução do salário mínimo, percebem-se flutuações no nível salarial, tendo em vista que, as políticas salariais implementadas pelos governos foram utilizadas para atender às necessidades econômicas vigentes, funcionando dessa forma como instrumento de ajuste da economia.

Dessa forma, a tendência para a queda do salário mínimo em termos reais já vinha sendo observado desde o início da década de 60. Entre 1960 e 1963 houve uma queda em termos reais de 26%. De 1964 a 1970 houve uma queda adicional de 18%. No início da década até 1974, o salário mínimo passou por um processo de recuperação, apesar das perdas provenientes da intensificação do processo inflacionário. Em 1975 é nítida a recuperação salarial

Pesquisas feitas pelo DIEESE (DIEESE. 1991, p.26) revelam que entre 1965 e 1974, o salário mínimo mantinha na média anual 69% do poder aquisitivo de 1940. Nos anos subsequentes até 1982, houve uma estabilidade em torno de 61% de 1940. De 1974 a 1979 seu valor foi recuperado, verificando-se em seguida uma redução do mesmo, equivalente a 43% de 1940, no período datado de 1983 a 1991. O salário mínimo real caiu 36% na década de 80.

Nas últimas décadas, o salário mínimo, passou a ser reajustado visando a estabilização monetária e a contenção da inflação, ou seja, sua articulação encontra-se direcionada a atender

as necessidades das políticas governamentais, e não a suprir as deficiências de consumo da classe de baixo poder aquisitivo.

Percebe-se através dos dados da tabela 4, que vai havendo um decréscimo no poder aquisitivo da classe trabalhadora, evidenciando-se o aumento do grau de empobrecimento.

Tabela 4
Salário mínimo real
Médias anuais - 1981 a 1989

Ano	Valor real em CR\$ de Março de 1992	Índice 1981 = 100
1981	296.862,70	100
1985	249.521,53	84
1989	190.768,53	64

Fonte: DIEESE

No caso da divisão por região podemos ver a seguinte configuração.

Tabela 5
Distribuição dos trabalhadores com salários até 1 SM, por Região
Brasil: 1985 - 1989

Ano	Regiões					Brasil
	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste	
1985	21,2	44,4	20,2	24,2	26,3	29,1
1989	19,0	41,1	17,0	18,5	23,8	24,6

Fonte: IBGE, PNAD, 1985 e 1989

Elaboração: DIEESE

Assim, o Nordeste é a região onde se concentra o maior número de pessoas ganhando o salário mínimo, ou abaixo dele, praticamente o dobro das outras regiões. Esse fato revela ser o

Nordeste a região onde a população se encontra mais marginalizada, ou seja, a maior parte de sua população vive em condições precárias de vida.

O quadro 6, que virá na seqüência, revela que o salário mínimo em relação a sua data de implantação teve uma perda considerável em termos reais na década de 80, e maior ainda no início dos anos 90. O processo inflacionário, em conjunto com as medidas econômicas adotadas pelos governos, visando a estabilidade econômica, contribuíram de forma decisiva para viabilizar essas perdas, na medida em que o salário foi tido e continua sendo utilizado como alvo para as políticas de ajuste que são implementadas.

Tabela - 6
Salário mínimo real - médias anuais
Brasil 1940 e 1980-94

Ano	Salário Mínimo * Valor real em R\$ de Out/94	Índice (Base: jul/1940 = 100)
1940	381,32	98,02
1980	240,33	61,78
1981	246,41	63,34
1982	256,83	66,02
1983	218,25	56,10
1984	202,43	52,04
1985	207,12	53,24
1986	195,90	50,36
1987	141,24	36,31
1988	148,70	38,22
1989	158,35	40,70
1990	113,16	29,09
1991	118,19	30,38
1992	101,42	26,07
1993	111,24	28,60
1994**	85,48	21,97

Fonte: DIEESE

Notas: (*) Inclui abonos legais e 13o salário

(**) Valor médio de Janeiro a Outubro /94

Obs.: Deflator utilizado: ICV - DIEESE
1 a 3 Salários Mínimos.

2.2 POLÍTICA SALARIAL NA DÉCADA DE 80

O segundo choque do petróleo ocorrido em 1979, acarretou na intensificação do processo inflacionário e no desequilíbrio do balanço de pagamentos, proveniente da sobrecarga sofrida pela conta corrente, que por sua vez foi influenciada pela tendência da elevação da taxa de juros internacional e pelo aumento do preço do petróleo importado. O país na década de 80, conviveu com um déficit público, que foi se agigantando, tornando-se necessário por parte do governo a prática de juros elevados, e como forma de financiar essa dívida, faz a emissão de títulos públicos. Esses acontecimentos que nortearam o país no início da década de 80, são a "mola propulsora" de um processo inflacionário que se torna o mal maior para os assalariados, na medida em que, como forma de contê-la, o governo lança mão de uma política de arrocho salarial, impondo aos trabalhadores o encargo do sucesso de suas políticas de ajuste macroeconômico.

Diante do quadro inflacionário por que passou a economia no início do ano de 1979, os sindicatos tornaram-se mais atuantes, e defendiam a proposta de modificação dos reajustes salariais de anual para semestral, que posta em vigor, iria proporcionar a classe de baixo poder aquisitivo uma melhoria na renda, visto que seu salário se encontrava defasado em virtude da elevada taxa de inflação. Essa medida foi posta em prática através da Lei 6708/79, com o seguinte mecanismo: a categoria que recebia até três salários mínimos, o reajuste era feito pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) mais 10%; entre 3 e 10 mínimos pelo INPC integral; acima de 10 salários mínimos, o reajuste era concedido por 80% do INPC.

até 11,5 salários mínimos teriam aumentos reais. Dessa forma, torna-se evidente a capacidade distributiva dessa medida.

Apesar da Lei 6708/79 ter como objetivo recuperar o valor real médio dos salários, o aumento exagerado dos preços anulou o benefício da Lei sobre os salários (ÓCIO. 1986, p.26).

Em 1980, tem-se o agravamento do processo inflacionário e o aumento das taxas de desemprego na economia, que podem ter sido ocasionados pela liberação temporária dos preços, acompanhado de uma elevação nos meios de pagamento (M1), ocorrido praticamente em meados de 1980. Na intenção de recuperar as perdas salariais advindas desse processo inflacionário, o governo alterou a política salarial anteriormente em vigor através da Lei 6886/80, que concedia reajustes aos salários correspondentes a até 20 mínimos e através de percentuais menores do INPC.

No ano subsequente, ocorreu uma elevação de todos os índices salariais provenientes da inversão da tendência inflacionaria do reajuste maior dado às categorias com menores rendimentos e da intensificação da rotatividade da mão-de-obra qualificada, resultante da ampliação do desemprego industrial.

“No segundo semestre de 1979 ocorreu uma redução sensível do índice que agrega as remunerações , motivado pelo súbito recrudescimento da inflação. Já a aparente recuperação que se segue em 1981 e 1982, corresponde, apenas a um movimento de ajuste do mercado de trabalho, que passa a dispensar em massa a mão-de-obra menos qualificada e com salários menores, fazendo com que o salário médio dos que permanecem empregados se eleve” (OCIO citado por TAVARES e DAVI. 1982, p.83).

Em 1982, tinha-se uma inflação estacionada em torno de 95,4%, o déficit público persistia, e veio a tona a crise da dívida externa. Diante da situação, tornou-se necessário recorrer ao FMI (Fundo Monetário Internacional), que ao comprometer ajudar os países deficitários, induz os mesmos a fazer uma política recessiva. Os países comprometem-se a reduzir a inflação e o déficit público, e para tanto, torna-se necessário fazer políticas de contenção de demanda; tornando-se o alvo da concretização dessa medida - o salário - que volta a ser utilizado como instrumento de ajuste da economia como era feito até 1979.

Diante da necessidade de atender as exigências do FMI, em fevereiro de 1983, entrou em cena uma nova política salarial, que eliminava os ganhos reais de salários para todas as categorias. Na tentativa de atender as exigências do FMI foram elaborados entre os anos de 1983 e 1984 os Decretos-Lei 2012, 2024, 2045, 2064, 2065 e 7238, donde a Lei 2065 foi mais perversa para os trabalhadores do que as Leis 6708 e 6886. Como forma de abrandar a situação dos assalariados , entrou em vigor no final de 1984, a Lei 7238, que fixa em 100% o reajuste concedido a faixa salarial correspondente de 1 a 3 salários mínimos. É dado 80% da variação semestral do INPC às faixas superiores a 3 salários mínimos.

A tabela a seguir nos fornece informações a respeito dos reajustes concedidos às diferentes categorias salariais através dos Decretos-Lei 6708, 6886, 2012, 2024, 2045, 2065, 7238 que vigoraram no período de 1979 a 1984.

Tabela 7
Política salarial de 11/79 a 12/84.
Taxas de reajustes em percentagens acumulativas do INPC (%)

Período	Faixa salarial (em salários mínimos)					
	Até 3	De 3 a 7	De 7 a 10	De 10 a 15	De 15 a 20	Mais de 20
1) De 11/79 a 12/80 (Lei 6.708)	110	100	100	80	80	80
2) De 12/80 a 02/83 (Lei 6.886)	110	100	100	80	50	Negociação
3) De 02/83 a 06/83 (Lei 2.012)	100	95	80	80	50	Negociação
4) De 07/83 a 07/83 (Lei 2.024)	100	100	80	80	50	Negociação
5) De 07/83 a 10/83 (Lei 2.045)	80	80	80	80	80	80
6) De 26/10/83 a 29/10/84, (Lei 2.065)	100	80	80	80	50	50
7) Após 29/10/84 (Lei 7.238)	100	80	80	80	80	80

Fonte: AMADEO. 1989, p.52.

Visando reduzir os reajustes salariais, em março de 1985, substituiu-se o INPC pelo IPCA(Índice de Preço ao Consumidor Amplo), calculado pelo IBGE, cujo valor apresentava-se abaixo do INPC.

Segundo o DIEESE, em 1983 houve uma queda progressiva nos rendimentos do trabalho da ordem de 48,7% e em 1984, de 46,7%.

No início de 1986, com a finalidade de promover um choque na economia , entrou em cena o Plano Cruzado; que consistia em um Plano de ajuste macroeconômico de conteúdo heterodoxo , que visa basicamente o congelamento de preços e salários. A regra salarial adotada seria o reajuste automático cada vez que a inflação acumulada atingisse 20% e, na data-base, um reajuste de apenas 60% do IPC - FIBGE, ficando os 40% restantes dependendo de negociação.

O congelamento de preços inicialmente contribuiu para reduzir a inflação. Nos meses subsequentes observa-se o crescimento da mesma, proveniente da generalização do ágio e da maquiagem dos produtos .

O ano de 1986 foi o de melhor crescimento para a economia, com as empresas produzindo a plena capacidade. Foi considerado o melhor ano para os trabalhadores, porém, teve seu final com as maiores taxas de inflação já presenciadas, queda dos salários reais, desorganização econômica e uma moratória inviável. Na tentativa de suprir as deficiências do Plano Cruzado inicial, lança-se em seqüência um pacote denominado de Cruzado II, que provocou o descongelamento dos preços e a volta da inflação; o disparo do "gatilho" nesse plano, limitou-se a 20%, mesmo que a inflação superasse esse valor.

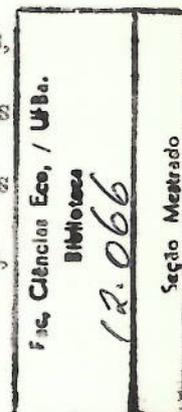
Segundo o DIEESE, o salário médio real em abril de 1987 era 21% inferior ao salário médio real de março de 1986. Percebe-se dessa forma, como essas medidas foram desastrosas para a classe de baixo poder aquisitivo.

Devido a falta de controle dos preços por parte do governo, a inflação tornou-se preocupante. Em virtude desse desequilíbrio, o gatilho salarial passou a disparar mensalmente; e em julho de 1987 entrou em vigor o Plano Cruzado III, que tinha como objetivo evitar a aceleração inflacionária causada pelo excesso de demanda e pelo desequilíbrio dos preços relativos.

O Plano Cruzado III ou Plano Bresser ampliou as perdas salariais, na medida em que não houve reposição dos mesmos. Outras medidas desse plano tornaram-se desastrosas para a classe trabalhadora, como foi o caso da redução e controle dos salários, fim dos subsídios, desvalorização da moeda e redução do déficit público, mesmo que isso traga impactos recessivos. A verdadeira meta do Plano Bresser, às custas do assalariado, seria ampliar as exportações, proporcionando dessa forma o superávit comercial e a suspensão da moratória, com conseqüente retorno do pagamento da dívida externa.

Posterior ao Plano Bresser, tem-se o Plano Verão, que com seu caráter recessivo, contribuiu ainda mais para o aumento da concentração de renda. A URP (Unidade de Referência de Preços, resultado da média geométrica do IPC, acumulado no semestre anterior), anteriormente tida como índice de reajuste, foi substituída pelo IPC-FIBGE de janeiro de 1989.

Entre junho de 1989 e março de 1990, os reajustes salariais correspondentes a até 3 salários mínimos eram dados mensalmente de acordo com o IPC-FIBGE integral. De 3 a 20



salários mínimos, receberão antecipação salarial mensal toda vez que o IPC ultrapassar 5%. Aos salários acima de 20 salários mínimos o reajuste será concedido através de negociações entre patrões e empregados.

A década de 80 foi acompanhada por elevados índices inflacionários e por políticas econômicas em sua maioria recessivas. Há um processo perverso de concentração de rendas, ou seja, há uma redução da participação dos salários dos trabalhadores na renda nacional e conseqüentemente um grau de empobrecimento acentuado da classe de baixo poder aquisitivo.

Em seguida será apresentado um resumo da política salarial praticada durante os anos 80. Foram extraídos do DIEESE. Pesquisa - Necessidade de uma política salarial no Brasil. São Paulo: 1991 Edição especial, p.20-22

POLÍTICA SALARIAL VIGENTE NO PERÍODO 1979 A 1986
Tipo de correção salarial prevista

Política Salarial	Vigência	Na Data Base	Fora da Data Base	Fator de Correção	Outros Dispositivos/ Observações
Lei 6706 Decreto-Lei 64.560	Novembro /79 a Dezembro /80	Reajuste semestral de salários escalonado por faixas de salário mínimo, com "efeito cascata". Da seguinte forma: até 3 S.M. = 110% do INPC. Acima de 10 S.M. = 80% do INPC. Negociação de um percentual, a título de produtividade.	Reajuste semestral de salários com o mesmo escalonamento determinado para data-base.	Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC)-IBGE. O Índice utilizado para o reajuste refere-se ao semestre encerrado dois meses antes da data-base.	O percentual a ser negociado a título de produtividade diz respeito ao "aumento da produção decorrente do melhor desempenho do trabalhador". Exclusão dos servidores públicos da abrangência da lei.
Lei 6866	Janeiro /81 a Janeiro /83	Reajuste semestral de salários escalonado por faixas de salário mínimo, com "efeito cascata". Da seguinte forma: até 3 S.M. = 110% do INPC. De 3 a 10 S.M. = 100% do INPC. De 10 a 15 S.M. = 80% do INPC. Acima de 20 S.M. = livre negociação.	Reajuste semestral de salários com o mesmo escalonamento determinado para data-base.	INPC - IBGE.	
Decreto-Lei 2012	Fevereiro /83 a Maio /83	Reajuste semestral de salários escalonado por faixas de salário mínimo, com "efeito cascata". Da seguinte forma: até 3 S.M. = 100% do INPC. De 3 a 7 S.M. = 95% do INPC. De 7 a 15 S.M. = 80 % do INPC. De 15 a 20 S.M. = 50 % do INPC. Acima de 20 S.M. = livre negociação.	Reajuste semestral de salários com o mesmo escalonamento determinado para data-base.	INPC - IBGE.	
Decreto-Lei 2024	Janeiro /83 a Julho /83	Reajuste semestral de salários escalonado por faixas de salário mínimo, com "efeito cascata". Da seguinte forma: até 7 S.M. = 100% do INPC. De 7 a 15 S.M. = 80% do INPC. De 15 a 20 S.M. = 50% do INPC. Acima de 20 S.M. livre negociação.	Reajuste semestral de salários com o mesmo escalonamento determinado para data-base.	INPC - IBGE. Índice expurgado em junho (1,5%) e julho (1,0 %)	
Decreto-Lei 2045	Agosto /83 a Outubro /83	80% do INPC para todos os trabalhadores.	Reajuste semestral de salários pelo mesmo percentual determinado para data-base.	INPC - IBGE.	O percentual de produtividade a ser negociado fica limitado à variação do PIB real per capita do ano anterior. Permite reajustes inferiores para as empresas que provarem incapacidade econômica.

CONTINUAÇÃO:

Política Salarial	Vigência	Na Data-Base	Fora Data-Base	Fator de Correção	Outros Dispositivos/ Observações
Decreto- Lei 2064	Outubro / 83 (1ª semana)	Cria 38 faixas salariais para o reajuste semestral e retira "o efeito cascata".	Reajuste semestral de salários com mesmo escalonamento determinado pela data-base.	INPC - IBGE.	Este Decreto vigorou apenas por uma semana, não tendo sido aplicado. Determina a extinção gradual da política salarial até o ano de 1988.
Decreto- Lei 2065	Novembro / 83 a Outubro / 84	Reajuste semestral de salários escalonados por faixas de salário mínimo, com efeito cascata da seguinte forma: Até 3 S.M. = 100 % do INPC. 3 a 7 S.M. = 80% do INPC. 7 a 15 S.M. = 60% do INPC. Acima de 15 S.M. = 50% do INPC.	Reajuste semestral de salários com mesmo escalonamento determinado pela data-base.	INPC - IBGE.	Mantém a extinção de política salarial
Lei 7238	Novembro / 84 a Dezembro / 85	Reajuste semestral de salários escalonados por faixas de salário mínimo, com efeito cascata da seguinte forma: Até 3 S.M. = 100 % do INPC. Acima de 3 S.M. = 80% do INPC.	Reajuste semestral de salários com mesmo escalonamento determinado pela data-base.	INPC - IBGE.	
Lei 7450 Decreto 91.990	Janeiro / 86 a Fevereiro / 86	Reajuste semestral de salários escalonados por faixas de salário mínimo, com efeito cascata da seguinte forma: Até 10 S.M. = 100 % do INPC. Acima de 10 S.M. = 80% do INPC.	Reajuste semestral de salários com mesmo escalonamento determinado pela data-base.	INPC - IBGE. O índice realizado para o reajuste passa a se referir ao semestre encerrado no mês anterior à data-base.	

POLÍTICA SALARIAL VIGENTE NO PERÍODO 1986 A 1990
Tipo de Correção Salarial Prevista

Política Salarial	Vigência	Na Data-Base	Fora da Data-Base	Fator de Correção	Outros Dispositivos/ Observações
Decreto-lei 2283	Maço/86 a junho/87	60% do IPC	A partir da primeira data-base posterior a março de 1986. Reajuste salarial todas as vezes que a inflação acumulada atingir 20%.	Até outubro/86: IPCA - IBGE. A partir de novembro/86: INPC - IBGE. Em maio/1987, muda-se a base de coleta de preços INPC.	Em 1/03/86: reajuste de todos os salários pela a média do semestre set/85 a fev/86 + abono de 80%. O último gatilho "disparou" com o IPC acumulado até o mês de maio.
Decreto-lei 2302	julho/87 a janeiro/89	Não há garantia de reajuste	A partir de setembro de 1988, reajuste mensal pela URP fixada para o trimestre.	Unidade de Referência de Preços - URP. Média geométrica do IPC dos três meses anteriores. A primeira URP é calculada com o IPC de julho e agosto. O IPC de junho (26,00%) é excluído do cálculo	O pagamento do último gatilho é parcelado em 6 vezes, a ser pago no semestre set/85 a fev/86
Medida provisória 32	fevereiro/69 a abril/69	Não há garantia de reajuste	Não há previsão de reajuste		Não se trata de política salarial. Os salários, em 01/02/69, são convergidos pela média real do ano de 1988 sobre a média é aplicada a URP do mês de janeiro (26,05%), substituída em março, pelo DNF de janeiro (35,48%) e, em abril, pelo percentual de 53,27%.
Medida provisória 52					
Medida provisória 48					
Medida provisória 37					
Lei 7730					
Lei 7737					
Lei 7777					
Lei 7788	junho/89 a maio/90	Livre negociação	Reajuste trimestral de salários, com previsão de antecipações mensais, a serem aplicadas, cumulativamente da seguinte forma: Para a parcela dos salários: Até 3 S.M = IPC integral; 3 a 20 S.M = IPC descontados 5%; Acima de 20 S.M = livre negociação. No final de cada trimestre, sobre a parcela correspondente à até 20 mínimos, é aplicada a diferença entre as antecipações concedidas e o índice semestral integral	IPC - IBGE	O IPC apurado entre fevereiro e junho de 1989 foi incorporado aos salários entre os meses de junho e agosto. Esta política salarial previa para as faixas de salários superiores a 3 mínimos, a implementação progressiva da sistemática de reajuste de acordo com três grupos formados a partir das datas-base, criando trimestre de referência para o acerto do reajuste trimestral

3. DISTRIBUIÇÃO PESSOAL DA RENDA

Antes de analisar a questão da distribuição da renda, será apresentada uma breve abordagem a respeito de algumas teorias que tratam desse fenômeno distributivo. Estas, entretanto, não são capazes de explicá-las completamente.

3.1 TEORIAS SOBRE O PROCESSO DE DISTRIBUIÇÃO DA RENDA PESSOAL

Para se formular uma teoria específica a respeito da distribuição pessoal da renda, devemos ter ciência dos fatores que envolvem a dinâmica da economia como um todo, tendo em vista que a forma como a renda se distribui entre os estratos sociais, é fruto desse processo.

A existência de uma teoria abrangente, nesse caso, torna-se de difícil construção, devido a sua complexidade, por envolver fatores conjunturais, estruturais, que fazem parte da mecânica de funcionamento da economia. Além do mais, esses fatores não se apresentam do mesmo modo entre os países. Apesar dessa dificuldade, existem duas linhas de pensamento, que se dispuseram a retratar a questão.

Por um lado, tem-se a teoria estocástica, cuja inconveniência é ignorar a participação dos indivíduos na formação de sua renda; e por outro lado, a visão que relaciona rendas individuais diretamente a um conjunto de características que refletem a habilidade dos indivíduos (RAMOS e REIS, 1991, p.27).

Alternativamente a essas linhas do pensamento, temos a teoria do capital humano, que ao refletir-se à questão da distribuição da renda, elege a educação como condicionante dos

retornos provenientes dos rendimentos futuros, proporcionando aos indivíduos o bem-estar ao longo de suas vidas, ou seja, aqueles que tiverem acesso às informações se destacariam, obtendo rendas maiores; ao passo que a falta de informação adicional reduziria o rendimento das pessoas. Em países onde o nível educacional não se distribui de forma igualitária, a forma de reduzir as disparidades seria promover políticas que proporcionem melhora na educação, facilitando o acesso da população a esse setor.

Em contrapartida à teoria do capital humano, temos a escola credencialista, que não leva em consideração o fator educação como condicionante para ocorrência do aumento da produtividade, e afirma que o processo educacional estaria mais ligado, dentre outros motivos, a uma questão de maior motivação pessoal, maior confiabilidade, maior capacidade de adaptação a regras institucionais, do que propriamente sua contribuição direta para o aumento da produtividade potencial, o qual levaria a novos padrões de distribuição da renda.

3.2 A QUESTÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NO BRASIL NA DÉCADA DE 80

O acesso ao estudo da distribuição da renda somente foi possível no Brasil, após o Censo Demográfico realizado em 1960, tendo sido publicado em 1966/67. As informações na área de distribuição de renda pessoal eram advindas das fontes da divisão de Imposto de Renda, que não permitia analisar os dados com devida clareza. De certa forma ocultava-os (COSTA, 1977, p.46).

A má distribuição da renda, fruto de um modelo de desenvolvimento caracterizado pela excludência, espelha a penalização dos assalariados, na medida em que a concentração da renda decorre da transferência da riqueza (renda) destes assalariados, sobretudo aqueles na base no leque salarial, em direção às camadas de altas rendas e proprietários dos meios de produção. Conseqüentemente, neste modelo de acumulação os trabalhadores, em geral, ficaram à margem do processo.

Na década de 80, o nível de pobreza sofreu flutuações, que foram fortemente influenciadas pelos períodos de auge e de crise da economia brasileira. Esta, ao longo da década, é caracterizada pelos seguintes períodos:

- a) 1981/83: Período onde se verifica desequilíbrios internos e externos, com queda do PIB;
- b) 1984/86: Período de recuperação econômica proveniente da euforia do Plano Cruzado;
- c) 1987/89: O aumento da inflação ocorrida no país, sobretudo a partir de 1986, e a fase de estagnação vivida pelo mesmo até o final da década, culminou em um processo grave de

concentração de rendas, em que os ganhos desiguais foram substituídos por perdas desiguais, como foi retratado no capítulo anterior.

A tabela que segue demonstrará o crescimento real da economia brasileira na década de 80, mostrando sua evolução. Verifica-se que de 1981 a 1983, fase recessiva, houve uma redução do PIB em relação a 1980. De 1984 a 1986, houve crescimento a uma taxa de 7% ao ano

Observa-se também a variação do PIB per capita na década, em relação a 1980, foi menor, mesmo com o período do Plano Cruzado. Isso se deve ao fato de que no período subsequente ao referido Plano, os problemas sócio-econômicos se agravaram, em função do aumento das taxas inflacionárias e a queda da produção, refletindo na relação PIB/População.

Tabela 8
Crescimento Real Anual 1980 - 91

Ano	Taxa Real de Variação Anual PIB	Taxa Real de Variação Anual PIB per capita
1980	9,2	6,8
1981	-4,5	- 6,3
1982	0,5	1,4
1983	3,5	-5,3
1984	5,3	3,3
1985	7,9	5,9
1986	7,6	5,6
1987	3,6	1,6
1988	- 0,1	-2,0
1989	3,3	1,3
1990*	-4,4	-6,2
1991*	0,9	-1,0

Fonte: IBGE. Indicadores IBGE. Suplemento Contas nacionais.

Elaboração: DIEESE

Nota: (*) Dados preliminares.

A crise da dívida externa e o agravamento do processo inflacionário contribuíram para intensificar o processo de concentração de rendas, que implicou na perda de poder aquisitivo por parte dos assalariados. Essa perda atingiu sobretudo alguns segmentos sociais, pois outros tiveram seus salários protegidos. Podemos exemplificar nesse contexto, os empregadores, diretores de empresas, instituições e alguns segmentos, que mesmo dependendo da política salarial estavam fortemente organizados .

Em seguida, através da tabela 9, será feita uma análise comparativa da distribuição pessoal da renda entre os anos 1981, 1986 e 1990.

Tabela 9
Distribuição pessoal da renda* (b)
Brasil 1981/90

Grupos de Renda	(em %)		
	1981	1986	1990
Os 10% mais pobres	0,9	1,0	0,8
Os 20% mais pobres	2,9	3,1	2,6
Os 50% mais pobres	14,5	13,5	12,0
Os 10% mais ricos	44,9	47,3	48,1
Os 5% mais ricos	31,9	33,9	34,4
O 1% mais rico	12,1	14,0	13,9
Índice de Gini**	0,564	0,584	0,602

Fonte: IBGE, PNAD.

Elaboração: DIEESE

(*) Distribuição do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento do trabalho, exclusive rendimento da zona rural da Região Norte.

(**) O índice Gini varia de 0 a 1. Quando igual a 0 significa a situação teórica de igualdade em uma distribuição qualquer. Quando igual a 1, ocorreria a situação teórica de máxima desigualdade. Portanto, seu aumento indica que uma dada distribuição está se concentrando.

Na tabela 9, percebe-se que o Índice de Gini quando comparamos o ano de 1986 ao ano de 1981 encontra-se mais concentrado em 1986. O ano de 1990 revelou o maior índice de concentração em relação aos anos anteriores, ou seja, de 0,602 contra 0,584 em 1986 e 0,564 em 1981. Esse estudo revela em uma evolução do grau de empobrecimento, pois quanto mais próximo de 1 estiver o Índice de Gini a renda estará mais concentrada, e quanto mais concentrada estiver a renda pior a distribuição de renda que acarretará em ganhos desiguais e a elevação do grau de pauperização.

Para averiguarmos a distribuição pessoal da renda ano a ano, tomemos como base a tabela que segue.

Tabela 10
Distribuição Pessoal da Renda (c)- Brasil 1981-90

Grupo	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Os 10% mais pobres	0,9	1,0	0,9	0,8	1,0	0,8	0,6	0,7	0,8
Os 20% mais pobres	2,9	2,8	2,7	2,5	3,1	2,7	2,2	2,3	2,6
Os 50% mais pobres	14,5	13,4	13,4	12,8	13,5	13,0	12,0	11,2	12,0
Os 10% mais ricos	44,9	46,7	46,8	47,6	47,3	47,3	49,7	51,5	48,1
Os 5% mais ricos	31,9	33,1	33,3	33,9	33,9	33,9	35,8	37,7	34,4
O 1% mais rico	12,1	13,2	13,0	13,0	14,0	13,5	14,2	15,9	13,9

Fonte: IBGE. PNAD.

Elaboração: DIEESE.

Obs.: a) Não incluídos os rendimentos da população da zona rural da Região Norte.

b) Os dados para 1982 não se encontravam disponíveis.

c) Esta tabela expressa a distribuição da renda total entre as pessoas.

A disparidade de rendas, fica mais que evidenciado, quando comparamos os 50% mais pobres do ano de 1981 com o 1% mais rico do mesmo ano, e verifica-se a desproporção entre os rendimentos obtidos pelas classes. No final da década, em 1989, quando comparada a do ano de 1981, revela um aumento do grau de concentração de rendas, ou seja, em 1981 os 50% mais pobres detinham cerca de 14,5% da renda contra 11,2% em 1989. Nestes termos, pode-se dizer que houve uma redução de 3,3 % de 1981 para 1989. Por outro lado, tivemos a classe dos 1% mais rico acrescida de 3,8%.

“As desigualdades entre os rendimentos do trabalho aumentaram muito, especialmente, no final da década. Este resultado mostra que os mecanismos de indexação salarial existentes na economia brasileira durante toda a década de 80 foram insuficientes para proteger os menores rendimentos, na medida em que a inflação se acelerava” (SABOIA, 1991, p.6).

Até o momento, foram abordadas algumas questões a respeito da distribuição da renda, tendo em vista o aspecto geral, ou seja, a nível nacional. No item subsequente, a análise se restringirá a Região Metropolitana do Salvador.

3.3 A QUESTÃO DA DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NA REGIÃO METROPOLITANA DO SALVADOR NA DÉCADA DE 80.

A Bahia, que até os anos 50, tinha como base uma economia agro-exportadora, a partir deste período sofre transformações, que contribuíram de um lado para o seu progresso econômico, com o aumento da atividade produtiva, sobretudo calcada na indústria, e por outro lado, provocou o empobrecimento de uma grande parcela da população.

Nos anos 50, tivemos a implantação do conjunto hidroelétrico de Paulo Afonso e o início da atividade de extração e refino de petróleo através da Petrobrás. Na década seguinte, através da ação da SUDENE, foram feitos investimentos maciços na Região Nordeste. Por volta de 1966/67, a economia baiana foi agraciada com o Parque Industrial. Trata-se do Centro Industrial de Aratu.

Nos anos 70, solidifica-se este movimento de industrialização, especializando-se na produção de bens intermediários e o processo de industrialização na Bahia solidifica-se em relação a economia nacional. Isto foi possível em virtude da estrutura econômica que surgiu na década de 50, intensificando-se nos anos 70, com a instalação do Pólo Petroquímico de Camaçari e da Carajá Metais no início dos anos 80.

Este conjunto de transformações na Bahia, tornou-a um estado com fortes laços de dependência ao processo nacional de expansão do capital. O seu processo de desenvolvimento foi semelhante ao observado no cenário nacional, com a subordinação de sua economia à internacional.

Estando a economia baiana inserida no contexto nacional, os efeitos da crise vivida pelo país na década de 80, tiveram influência sobre o desempenho de sua economia.

Entre 1975 e 1980 a economia baiana teve um crescimento significativo proveniente do desempenho industrial, que se mostrou eficiente através da operacionalidade das principais unidades do Pólo Petroquímico e da central de matérias primas.

A partir de 1981, sua economia sofreu uma retração em virtude do aspecto recessivo presente na economia nacional e sobretudo, do mau desempenho industrial. Nos anos de 1985 e 1986, verificou-se um melhor desempenho que foi impulsionado pelo crescimento da agropecuária (33,4%) e pela euforia do Plano Cruzado.

A recessão ocorrida pós 1986, após o término do congelamento proposto pelo Plano Bresser, teve um efeito mais perverso na economia baiana, quando comparada ao cenário nacional. O mau desempenho da agricultura em 1987 agravou ainda mais esse processo de estagnação, fazendo com que a Bahia não conseguisse recuperar a taxa média de crescimento nacional de 1,6% a.a. Em virtude das perdas salariais provocadas por esse Plano de estabilização e dos elevados índices inflacionários (cerca de 330% em 1987), o grau de empobrecimento verificou-se aumentou de cerca de 44,3 para 48,5% da população em idade ativa. A renda que era apropriada pelos 20% mais pobres teve uma redução de 3,45% do total para 2,72%.

Os anos de 1987 e 1988 são considerados fortemente recessivos para a economia baiana; o processo inflacionário, acompanhado de uma política de arrocho salarial e o

insuficiente crescimento do PIB foram responsáveis pelo agravamento da pauperização e da concentração da renda proveniente do trabalho.

Para uma melhor caracterização do perfil distributivo na década de 80, verifiquemos a tabela 11 a seguir.

Tabela 11
Distribuição percentual da população de 10 anos e mais por rendimentos medido mensal.
Região Metropolitana do Salvador 1981-89

Ano	Rendimento Médio Mensal										
	Total	Até 1/2 SM	Mais de 1/2 a 1 SM	Mais de 1 a 2 SM	Mais de 2 a 3 SM	Mais de 3 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 a 20 SM (1)	Mais de 20 SM	Sem Rendi- mento (2)	Sem Decla- ração
1981	100	7,1	9,5	13,8	7,9	7,1	5,6	4,1	-	44,8	0,1
1982	100	7,7	11,9	14,8	7,1	6,7	5,2	3,4	-	42,9	0,3
1983	100	5,2	10,9	12,8	8,6	6,2	5,9	4,7	-	45,4	0,3
1984	100	7,6	10,5	12,5	7,8	7,7	6,0	3,4	1,6	42,8	0,1
1985	100	7,4	10,9	13,4	8,3	8,1	6,6	3,4	1,7	40,2	0,0
1986	100	5,5	12,6	12,1	7,0	8,0	6,9	3,3	1,7	42,2	0,7
1987	100	5,2	8,4	14,2	8,4	8,0	6,8	3,8	2,1	42,2	0,9
1988	100	8,5	11,2	13,4	7,0	6,8	5,9	3,9	2,3	37,7	3,3
1989	100	7,4	12,0	13,4	7,6	6,9	6,4	7,2	-	38,0	1,0

Fonte: IBGE. PNAD-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1981/89

Nota: SM= Salário Mínimo

(1) Nesta faixa de renda, nos anos de 1981, 1982e 1983, estão incluídos as pessoas que recebem de 10 a 20 SM quanto os que recebiam mais de 20 SM.

(2) Inclusive pessoas que recebem somente em benefícios.

Os dados mostram , que na medida em que há crescimento na renda proveniente do trabalho, a percentagem de pessoas que detêm esses rendimentos, vai diminuindo, evidenciando, dessa forma, a péssima distribuição de renda ocorrida na Região Metropolitana na década de 80.

Para uma melhor caracterização do grau de empobrecimento na Região Metropolitana do Salvador na década de 80 foram escolhidas para a mensuração do mesmo os indicadores

relativos a emprego, educação e habitação. Serão dadas algumas informações a respeito da caracterização dos mesmos na década de 1980.

“Os indicadores sociais, particularmente, são citados como instrumento para medir a “qualidade de vida” da população que, no senso comum e em boa parte da bibliografia sobre o assunto, está associada ao nível de renda e à proporção em que os indivíduos que dela fazem parte, desfrutam dos bens e serviços gerados pelo desenvolvimento econômico” (BORGES. 1991, p.4).

Porém, anterior à questão dos indicadores, será feita uma abordagem, a respeito do conceito de pobreza e do nível de renda que a caracteriza.

3.4 CONCEITO DE POBREZA E DETERMINAÇÃO DO NÍVEL DE RENDA QUE A CARACTERIZA

As teorias econômicas antigas consideravam que o crescimento econômico contribuiria de forma significativa para a redução da pobreza, pois os bens e serviços estariam presentes em maior quantidade. Durante os anos 70 e 80, observou-se um crescimento econômico, porém, acompanhado por uma elevação no nível de pobreza.

Assiste-se na década de 80, a redução do nível de vida da classe trabalhadora e um processo cada vez mais acentuado de concentração de renda.

Percebe-se dessa forma, que o crescimento econômico não assegura uma distribuição equitativa da renda. A questão da pobreza, dessa forma, tornou-se preocupante, e para dimensioná-la, foi necessário sua mensuração.

Os critérios utilizados para mensurarmos a pobreza podem ser de caráter objetivo e subjetivo. O primeiro está relacionado a aspectos tais como: renda, emprego, moradia, etc; o segundo está relacionado a opiniões e sentimentos das pessoas sobre o que deveria satisfazer as necessidades dos indivíduos (ROMÃO. 1991, p.107).

O caráter objetivo enfoca a pobreza do ponto de vista relativo, que está relacionado a comparação das condições de desigualdade na distribuição de renda do indivíduo em relação à sociedade, e absoluto, corresponde a carência de recursos que atenda às necessidades de subsistência das pessoas que estão a baixo da linha de pobreza.

O conceito relativo é utilizado em sociedades, em que a questão da renda não é tão dispare. Já o conceito absoluto, seria melhor aplicado às sociedades com características semelhantes a brasileira, em que o problema da pobreza é preocupante e crônico.

“Sob o ponto de vista econômico, ser pobre é não ter renda suficiente para poder satisfazer a necessidades básicas, tais como alimentação, vestuário, habitação, saúde e educação” (MENDONÇA, 1991, p.38).

Através da definição, pela sociedade, dos níveis mínimos necessários para satisfazer suas necessidades básicas, juntamente com o custo monetário de aquisição do essencial necessário, podemos chegar ao que denominamos de linha de pobreza; ou seja, a linha de pobreza se constitui no rendimento mínimo necessário que permita a sociedade satisfazer suas necessidades básicas.

A medição da pobreza absoluta realiza-se mediante dois métodos: o valor da cesta básica de alimentos a preço de mercado e a renda familiar e pessoal. Ao estabelecermos a linha de pobreza pelo método da cesta básica, devemos levar em consideração um orçamento mínimo, que atenda as necessidades básicas de alimentação. A análise através da renda, mais precisamente do salário mínimo, corresponde a uma renda mínima, que atenda ao conjunto das necessidades básicas.

A linha de pobreza, nesse trabalho, será estipulada, levando-se em consideração os assalariados que perfazem um total de até dois salários mínimos, tendo em vista, que essa renda deva atender as necessidades básicas de alimentação, vestuário, habitação, higiene e transporte.

“Ao se analisar o problema da pobreza sob a ótica econômica, constata-se que a situação de pobreza em que vive a maioria da população nordestina está diretamente relacionada com o modo de produção, as relações de trabalho e o padrão de crescimento adotado. Desse modo: a) a concentração do capital e da terra gerou diferenças de produtividade, limitando os frutos do progresso técnico aos setores mais dinâmicos; b) as mudanças no processo produtivo dos setores modernos decorrentes do impulso industrializante resulta numa maior diversificação tanto produtiva, como ocupacional, acentuando as diferenças salariais ; e c) a dinâmica demográfica, mediante as migrações internas, o crescimento da força de trabalho e o exército de reserva que pressionam o lado da oferta da mão-de-obra, constituíram-se causas da deterioração da distribuição da renda”.(MENDONÇA 1991, p.42).

Os pontos que se seguem retratarão a questão dos indicadores emprego, habitação e educação. Considera-se os mesmos de importância relevante para a explicação do grau de empobrecimento, juntamente com os indicadores alimentação e saúde , não mencionados no presente trabalho por falta de dados atualizados. Não é preterido abordar todos os aspectos referentes a tais indicadores. O objetivo é mostrar algumas informações que considero substanciais no que tange ao processo de distribuição de renda.

3.5 RENDA E EMPREGO

A questão fundamental, quando se relaciona renda e emprego, será a análise a respeito da estrutura setorial do mercado de trabalho na economia e a participação dos assalariados nesses setores, levando-se em consideração seus rendimentos.

Na década de 80, diferentemente da década de 70, houve uma retração da participação do setor secundário na economia, com a conseqüente evolução do setor terciário ou de serviços. Na década de 70, com a implantação do Polo Petroquímico de Camaçari, tivemos a expansão da mão-de-obra utilizada nesse setor, e o crescimento do mesmo. Porém, sua estrutura produtiva gira em torno do uso intensivo do capital o que cria limite à aquisição de uma mão-de-obra excedente.

Na tabela abaixo, será demonstrada a participação que cada setor teve na economia durante a década de 80.

Tabela 12
Distribuição Setorial do Emprego Formal
1980 - 1991*

Atividades	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990 *	1991
Extrativa Mineral	1,7	1,7	1,6	1,6	1,7	1,8	1,6	1,7	1,6	1,6	1,4	1,4
Ind. Transformação	15,2	13,7	13,5	13,1	12,5	12,2	12,8	12,4	12,2	12,5	11,6	11,4
Construção Civil	11,6	11,6	10,9	7,0	7,1	6,6	6,1	5,5	5,9	5,9	6,7	6,2
Comércio	18,0	16,8	16,0	16,0	15,1	15,1	15,2	14,9	14,1	14,3	14,3	14,2
Serviços	31,9	31,5	32,0	31,6	31,4	31,1	31,0	31,4	31,2	31,3	31,3	31,6
Adm Pública	18,4	20,9	21,4	23,8	24,1	25,8	26,2	26,7	28,0	27,5	27,7	28,2
Outros**	3,1	3,9	4,6	6,9	8,0	7,5	7,1	7,3	6,9	7,0	6,9	7,1
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: RAIS e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-Lei 4923/65

(*)Estimativas para 1989 e 1990 e de janeiro a maio de 1991 com base nos saldos.

(**)Estimado com diferenças dos totais

Cálculos: CEI

Através da tabela 12, percebe-se que o setor de serviços foi o que teve o melhor desempenho na década de 80, tendo uma participação equilibrada no decorrer dos anos, sendo 31,9% em 1980 e 31,6% em 1989. O mesmo não pode ser afirmado para a indústria de transformação 'que foi perdendo sua participação, sendo 15,2% em 1980 contra 12,5% em 1989. Houve uma perda de 2,7 pontos percentuais. Na construção civil observa-se o pior desempenho, com uma perda de 5,6 pontos percentuais , quando compararmos sua participação no ano de 1980 com o equivalente do ano de 1989.

Na década de 80, o setor de serviços contribuiu com cerca de 37% na formação da massa salarial, enquanto que o setor secundário foi responsável por 18% dessa massa salarial. (BORGES, 1991, p.15).

Em relação a participação das pessoas ocupadas por ramos de atividade, na década de 80 será apresentada a seguinte configuração.

Tabela 13

Participação percentual das pessoas ocupadas, segundo os setores e ramos de atividade, em relação ao total de ocupados, Bahia, 1981 - 1989.

Setor e ramo de Atividade	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	Dif. Obs. 1981-89
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Primário	51,1	50,3	47,1	50,6	49,8	47,0	43,5	45,0	40,9	8,7
Secundário	14,5	14,5	16,9	12,8	12,9	14,4	14,4	13,5	13,5	10,3
Sub-total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Ind. Transformação	45,8	45,1	36,0	42,8	44,9	49,4	49,4	46,4	47,2	53,5
Const. Civil	42,1	42,9	54,3	44,9	42,4	39,2	39,2	42,5	41,3	37,7
Outras Ativ. Ind.	12,1	12,0	9,7	12,3	12,6	11,5	11,5	11,1	11,5	8,8
Terciário	34,4	35,2	36,0	36,6	37,3	42,1	42,1	41,5	45,6	81,1
Sub-total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Com. Mercadorias	25,3	25,8	25,3	24,0	24,4	24,9	26,0	23,5	22,2	18,0
Prest. Serviços	33,4	33,8	32,3	34,2	33,5	33,0	31,6	33,2	33,5	33,7
Serv. Aux. Ativ. Ec.	4,4	4,2	4,4	4,1	3,7	4,5	4,0	4,8	4,8	5,3
Transp. e Comunic.	7,5	7,3	8,4	7,1	7,0	6,4	6,8	7,5	6,9	6,1
Social	15,4	15,1	16,4	15,8	5,6	16,9	17,0	17,1	16,3	17,4
Adm. Pública	9,7	9,8	8,4	9,6	10,4	9,9	9,4	9,4	11,6	14,1
Outras Atividades	4,2	4,1	4,8	5,1	5,3	4,5	5,1	4,5	4,7	5,3

Fonte: IBGE-PNAD

Assim sendo, de acordo com os dados da tabela 13, é evidente a redução da mão-de-obra que se encontrava presente no setor primário. Sendo 51,1% em 1981 e 40,9% em 1989. Essa ocorrência se dá em virtude da transferência das pessoas do campo para a cidade. O setor terciário é que dá um "salto" em termos de absorção de mão-de-obra, sendo representado pelo

equivalente a 34,4% em 1981, evoluindo para 45,6% em 1989. A participação da mão-de-obra no setor secundário fica retraída com uma variação de 1,0 ponto percentual, ou seja, em 1981 tinha-se 14,5% contra 13,5% de 1989.

A indústria é responsável pelos salários médios mais elevados da economia, enquanto que no setor terciário observa-se os níveis de renda mais baixos.

“O crescimento do terciário, traduz um certo crescimento das atividades modernas (turismo, setor financeiro e outros), mas expressam sobretudo, um incremento de mão-de-obra ocupada em serviços de caráter instável de baixa renda, e fora dos benefícios sociais e trabalhistas.” (KRAYCHETE. 1990, p.42).

O crescimento da população do setor terciário revela o incremento ao grau de pobreza, na medida em que há o crescimento do contingente de pessoas que fazem parte do mesmo, essas pessoas recebem salários não muito significativos. Tinha-se em 1980, 71% da população ocupada nesse setor, havendo um crescimento em 1991 de 5,8 pontos percentuais.

3.6 RENDA E HABITAÇÃO

A forma como o mercado de trabalho se estruturou, aliado ao processo de concentração da terra e a reduzida participação do setor público nas condições de reprodução da força de trabalho são fatores responsáveis pelas limitações de acesso a habitação pela população de baixa renda na Região Metropolitana do Salvador. (KRAYCHETE. 1994, p.41).

O processo de crise econômica por que passou o país, que veio a intensificar-se na década de 80, foi responsável pela proliferação das favelas no início do processo de industrialização, intensificando-se ainda mais a partir dos anos 70/80.

As primeiras ocupações na cidade do Salvador datam da segunda metade da década de 40, com a decadência da economia agro-exportadora que favoreceu a saída dos trabalhadores do campo para a cidade. De 1946 até 1989 foram computadas 444 ocorrências de invasão.

"Essas habitações, anteriormente consideradas como "subnormais", passam cada vez mais a ser normais, pela sua crescente presença no cenário urbano brasileiro. Nessas grandes cidades "pós-modernas" estão marcadas por esta forte fragmentação sócio-espacial, constituindo, assim, novas formas urbanas que se consolidam com novos significados na relação homem-espaco, ainda que surgidos no bojo do velho processo de estruturação urbana, forjado prioritariamente, pela lógica da acumulação e reprodução ampliada do capital, no seu processo de interação particular com a nossa saude" (SOUZA. 1993, p.95).

No início dos anos 80, mais da metade das habitações se encontravam em terrenos arrendados, ou de posse irregular. De 1981 a 1991 o número de invasões aumentou consideravelmente. Há ocupações, tanto em áreas periféricas, quanto em áreas valorizadas.

Percebe-se que as invasões se estendem por toda a parte. As condições dessas moradias são precárias favorecendo a proliferação de doenças.

Assim, como forma de atender as condições de moradia dessa população, o estado, nas décadas de 70/80, através do Sistema Financeiro de Habitação - BNH, foi responsável pela construção de casas populares, o que não foi suficiente para atender a demanda existente.

A situação habitacional em Salvador, na década de 80 é configurada da seguinte forma: 83,2% da população de dez anos ou mais, que correspondia a 73,3% do total, tinha rendimento médio mensal menor que 3 SM (incluindo os 44,5% sem rendimento). Cerca de 52% da população economicamente ativa estava no mercado informal de trabalho. O estado produziu para as faixas de renda de 1 a 5 salários mínimos - URBIS/BNH, na Região Metropolitana de Salvador até 1986, 43.850 unidades, porém 6,1% desse total foram destinadas à faixa de 1 a 3 salários mínimos (SOUZA. 1993, p.96).

Tendo em vista que a faixa correspondente de 1 a 3 salários mínimos só foi destinada 6,1% do total de moradias até meados da década de 1980, e que 78% do orçamento das famílias com uma faixa de renda de até 2 salários mínimos é destinada a gastos alimentares (KRAYCHETE. 1994, p.42), a tendência é que essas invasões venham a evoluir com o aumento da urbanização.

3.7 RENDA E EDUCAÇÃO

Os investimentos destinados a área social no país, na década de 80, foram considerados insatisfatórios. A carência de investimentos no setor educacional tornou-se preocupante, na medida em que, foi computado em 1989 um índice de analfabetismo de 38% da população com 5 anos ou mais. Das pessoas entre 7 e 14 anos, mais de 42% eram analfabetas e a partir de 15 anos, 32% encontravam-se na mesma situação. Durante a década de 80 as condições de analfabetismo não sofreram variações.

A situação tornou-se agravante, quando tem-se em 1987 apenas 3% da população perfazendo um total de 8 anos de estudo. O nível de instrução mais freqüente nesse período foi o correspondente a 4 anos de estudo, chegando a 1989 com 38% da população inserida neste contexto. 16% correspondiam àqueles que cursaram de 5 a 8 anos de estudo.

Percebe-se dessa forma, o descaso com que vem sendo tratado o setor educacional, havendo uma desvalorização do trabalhador do ponto de vista educacional e salarial.

A equipe do Instituto Anísio Teixeira (IAT) chegou a conclusão, através de pesquisas, que os gastos com educação têm flutuado de acordo com a conjuntura econômica, a política financeira e os períodos eleitorais. Por isso, a participação da educação no total do balanço do estado variou irregularmente de 13% a 25% nos anos de 1981 e 1991. Os recursos a atividade-fim de educar, apenas 1% se destina a investimentos, que é uma percentagem irrisória (CAMPELLO, 1991, p.31).

O curso de nível superior torna-se uma utopia para essa população de baixa renda. Estudos realizados pela ANDIFES (Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior) em todo o país, conclui que o corpo discente das Universidades Federais Brasileiras é composto pelos seguintes grupos:

- a) 20% dos estudantes são provenientes das classes A e B
- b) 50% pertencem a famílias de classe média
- c) 30% dos estudantes são compostos por famílias que possuem uma renda entre 3 e 6 salários mínimos.

Assim, caso não haja melhora nas condições salariais da população, nem incentivo a educação, tanto no que se refere a seu aspecto qualitativo e quantitativo, será praticamente inviável, que a educação venha a se tornar não um privilégio, mas um direito de todos.

4. CONCLUSÃO

O processo da concentração da renda, na década de 80, teve como causa fundamental a política de arrocho salarial implementada pelos governos, como forma de estabilizar a economia que se encontrava em desequilíbrio, em virtude do processo inflacionário e da crise da dívida externa.

Essa desigualdade, no processo distributivo, desperta nas pessoas, o sentimento de injustiça social, que pode acarretar em aumento de violência, principalmente nos centros urbanos mais importantes.

O perfil distributivo, evidente na economia brasileira, não se constitui em um problema fundamental para o crescimento econômico, pois através de investimentos e aumento do consumo dos capitalistas e camadas médias da população, a economia pode ser dinamizada. A questão maior quando nos referimos ao caso, seria o nível de empobrecimento que essa desigualdade proveniente do modelo de acumulação e da distribuição de riquezas provoca.

Diante do quadro apresentado, torna-se notório que, a concentração de renda é um dos problemas cruciais que afeta negativamente nossa sociedade, trazendo conseqüências drásticas de cunho social. Existe, de um lado, uma classe social abastada, vivendo a nível de Primeiro Mundo. No lado oposto, encontram-se os assalariados de baixos rendimentos, com condições precárias de vida, excluídos do mercado consumidor, tornando-se não cidadãos.

Segundo o IPEA, 32 milhões de brasileiros não ganham o suficiente para a aquisição da cesta básica. A Bahia é o estado que concentra o maior número de indigentes, correspondendo mais de 37% da população (CADERNO DO CEAS. N 146. 1993, p.8).

A pobreza, nesse estudo, teve sua caracterização consubstanciada na distribuição pessoal da renda, o que não quer dizer que essa seja o único parâmetro de quantificá-la. Há outros meios, através dos quais é possível dimensioná-la, tais como a distribuição da renda familiar, por exemplo. Apesar das limitações dos dados trabalhados, foi possível mensurar o grau de empobrecimento a nível nacional e da Região Metropolitana do Salvador.

Percebe-se nessa década, que existe na Região Metropolitana do Salvador uma terceirização do mercado de trabalho, o que representa um aumento do empobrecimento, em virtude dos baixos níveis salariais que são pagos nesse setor. Isso decorreu da forma heterogênea em que se deu o processo industrial iniciado na década de 50, em que as inovações tecnológicas foram concentradas a setores específicos na economia, ou seja, aqueles que favoreciam o desenvolvimento da acumulação, que foi o setor de bens de consumo durável. Essa heterogeneidade industrial, gerou uma heterogeneidade produtiva na medida em que os setores com melhor tecnologia exigiam trabalhadores mais qualificados, que por sua vez recebiam salários mais elevados, ao passo que, os não qualificados ficariam a margem desse processo.

O crescimento econômico, como ficou claro durante o estudo, não contribuiu para a melhora das condições de vida da classe trabalhadora. Para que isso ocorra, é necessário

combiná-lo com políticas que garantam a participação de todos nesse processo de desenvolvimento.

O estado tem um papel fundamental no processo distributivo de rendas. Sua atuação nessa área, não se restringe a utilização da política salarial. Através do aumento dos gastos públicos em setores sociais e da política tributária, ele pode transferir renda para a camada social mais marginalizada. O aumento dos gastos em educação, saúde, habitação e outros, tende a dar melhores condições de vida aos grupos sociais, que não foram beneficiados com esse processo de desenvolvimento inerente ao modo de produção capitalista.

A política tributária, por sua vez, diminui as disparidades nas rendas, quando é aplicada à população a tributação progressiva, tendo em vista que seu critério é agir de forma a arrecadar mais impostos, sobre os rendimentos maiores, ou seja, quem obtiver uma parcela maior da renda, terá conseqüentemente que arcar com uma maior contribuição.

Em síntese, é notado que na década de 80, há uma piora nas condições de vida da classe trabalhadora na Região Metropolitana do Salvador que resulta de uma combinação das políticas econômicas de caráter recessivo e excludentes que foram engendradas nesse período.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Miguel. Educação e Enraizamento. Caderno do CEAS. Salvador, n. 143, p. 53- 59, jan./fev. 1993.
- BORGES, Ângela. Recessão e Mercado de Trabalho. Bahia: Análise e Dados, Salvador, v.1, n.2, p.14-16, set. 1991.
- BORGES, Ângela. Indicadores Sociais e Cidadania. Bahia: Análise e Dados, Salvador, v.1, n.2, p.4-8, set. 1991.
- CAMPELLO, Cristina Maria T.. Magistério em Crise. Bahia: Análise e Dados, Salvador, v.1, n.2, p.35, set.1991.
- _____. Analfabetismo na Bahia. Bahia: Análise e Dados. Salvador, v.1, n.2, p.30-31, set. 1991.
- CARDOSO, Eliana A.. A economia brasileira ao alcance de todos. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- COSTA, Ramonaval Augusto. População e Renda. s.not.
- _____. Distribuição da Renda Pessoal no Brasil em 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.
- DIAGNÓSTICO global da economia baiana. Salvador: SEPLANTEC. s.d.
- DIEESE. Pesquisa - Necessidade de uma política salarial no Brasil. São Paulo: 1991. Edição especial.
- _____. Textos de Política salarial elaborados pelo DIEESE - (01980 - 1991). São Paulo: 1991.
- _____. Pesquisa - O salário mínimo. São Paulo: 1992. Edição especial.

- _____. Pesquisa - Desigualdade e concentração de renda no Brasil, São Paulo: 1995.
- INFORME CONJUNTURAL. Economia Baiana Desempenho. 1986, v.7, Salvador, mai./agt. 1987. p.87 - 89
- _____. Economia Baiana Desempenho. 1988, v.9, Salvador, jan./jun.1989.
- _____. v. 6, Salvador, abr.1986.
- LEAL, Carlos, WERLANG, Sérgio. Educação e Distribuição de Renda. In: Distribuição de Renda no Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, p. 83 - 96, 1991.
- LIMA, Lauro. Para um projeto nacional de educação. Caderno do CEAS, Salvador, n. 79, p. 39 - 48, mai./jun., 1992.
- MENDONÇA, Herundina Mota Neto de. Pobreza e subemprego urbano no Nordeste do Brasil. Recife: SUDENE, 1991, 84 p. (SUDENE. População e Emprego, 26).
- ÓCIO, Domingo Zurrón. Salários e política salarial. Revista de Economia Política. v. 6, n. 2 abr./jun. 1986.
- ROMÃO, Maurício Costa. Distribuição de renda, pobreza e desigualdades regionais no Brasil. In: Distribuição de Renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 97 - 118.
- RAMOS, Lauro R. A., Reis, José Guilherme Almeida. Distribuição da Renda: Aspectos Teóricos e o debate no Brasil. In: Distribuição de Renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 21 - 45, 1991.
- SANTOS, Nilson de Oliveira. Desemprego: Uma discussão em vista e caminhos alternativos. Caderno do CEAS. Salvador, n. 87, p. 26 - 39, set./out., 1993.
- SABÓIA, João. Emprego, renda e pobreza no Brasil, na década de 80. Revista Força de Trabalho e Emprego. v. 9, n. 1, p. 3 - 9, 1991.

- SERRA, Edelcique Machado. A década do arrojo. Bahia: Análise de Dados, Salvador, v. 1, n. 2 p. 19 - 21, set. 1991.
- SOUZA, Ângela Maria Gordilho. Novas formas de habitat. Velhas Estruturas. Bahia: Análise e Dados, Salvador, v. 3, n. 2, p. 94 - 104, jun.1993.
- SERPA, Felipe. Transformar a Educação na Bahia. Bahia: Análise e Dados, Salvador, v. 4, n. 4, p. 5 - 11, març. 1995.
- TAVARES, Maria da Conceição. Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. 9 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991. 263 p.
- _____. Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. Rio de Janeiro, UFRJ, 1974, Tese (Livre Docência) FEA/ UFRJ.
- UMA VISÃO DE CONJUNTURA. O desafio da luta contra a fome. Caderno do CEAS, Salvador, n. 146, jul./agt., 1993.
- KRAYCHETE, Gabriel. A região metropolitana do Salvador nos anos 80: alguns indicadores econômicos e sociais. Caderno do CEAS. Salvador, n.150, p. 38 - 47, mar./abr., 1994.